

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.794.225 - SC (2019/0022841-6)**

**RELATORA** : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES  
**RECORRENTE** : AGENCIA NACIONAL DE TELECOMUNICACOES  
**RECORRIDO** : KHRONOS INDÚSTRIA COMÉRCIO E SERVIÇOS EM ELETRÔNICA LTDA  
**ADVOGADO** : BRUNO BARTELLE BASSO E OUTRO(S) - SC039916

**DECISÃO**

Trata-se de Recurso Especial, interposto pela AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, em 25/10/2018, mediante o qual se impugna acórdão, proferido do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, assim ementado:

"AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO FISCAL. PENHORA DE IMÓVEL. BLOQUEIO DE ATIVOS FINANCEIROS. DESCABIMENTO.

Havendo penhora de bem idôneo e suficiente para a garantia do débito, tanto que os embargos à execução foram recebidos no efeito suspensivo, é descabida a constrição de ativos financeiros da parte executada" (fl. 73e).

Embargos de Declaração rejeitados (fls. 91/95e).

No Recurso Especial, manejado com base na alínea **a** do permissivo constitucional, alega-se violação aos arts. 797, 835, 848 e 1.022 do CPC e 11 da Lei 6.830/80.

Sustenta-se, em síntese, o seguinte:

"A decisão recorrida viola o art. 11 da Lei 6830/80, bem como os arts. 797 e 835 do CPC, uma vez que a preferência de bem imóvel em detrimento da penhora em dinheiro via Bacenjud, não se coaduna com a satisfação do crédito no interesse do credor.

Com efeito, assim dispõem os aludidos dispositivos:

(...)

Ora, mesmo que, sendo possível, a execução deva observar o meio menos gravoso ao executado, não pode descurar do efetivo interesse do credor em satisfazer sua pretensão, que deposita primazia na ordem de preferência legalmente prevista.

Aliás, o sistema processual é harmônico e, justamente pela inobservância da ordem de preferência e por remanescer interesse do credor na penhora em dinheiro, permite a recusa na forma prevista no art. 848 do CPC:

(...)

Tal entendimento encontra-se sedimentado na jurisprudência do

Superior Tribunal de Justiça, o qual, sob a sistemática dos julgamentos repetitivos (REsp 1.337.790), definiu ser legítima a recusa da Fazenda Pública de bem ofertado à penhora quando não observada a ordem prevista nos arts. 655, do antigo CPC, e 11 da Lei n. 6.830/80. Confira-se: (...) (fls. 104/106e).

Requer-se, por fim, "o conhecimento e o provimento do presente Recurso Especial, para anular ou reformar a decisão" (fl. 108e).

Sem contrarrazões.

Recurso Especial admitido (fl. 115e).

O recurso merece provimento.

Pacífica a jurisprudência do STJ no sentido de que a recusa, fundada na quebra da ordem legal de preferência, expressada pelo Fisco exequente, à penhora de bem, deve ser, em princípio, acatada pelo Juízo, não sendo de se opor, de forma abstrata ou presuntiva, o princípio da menor onerosidade da execução.

Senão, vejamos:

**"TRIBUTÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO FISCAL. CRÉDITO DE PRECATÓRIO. GARANTIA DO JUÍZO. RECUSA DA FAZENDA PÚBLICA. POSSIBILIDADE. APRECIÇÃO DO PRINCÍPIO DA MENOR ONEROSIDADE. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ.**

1. A Primeira Seção deste Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do REsp 1.090.898/SP, firmou entendimento segundo o qual, não se equiparando o precatório a dinheiro ou fiança bancária, mas a direito de crédito, pode a Fazenda Pública recusar a substituição por quaisquer das causas previstas no art. 656 do CPC ou nos arts. 11 e 15 da LEF.

2. 'A Fazenda Pública pode recusar a substituição do bem penhorado por precatório' (Súmula 406/STJ).

3. A verificação do princípio da menor onerosidade demanda o necessário revolvimento da matéria fático-probatória, o que é vedado pela Súmula 7/STJ.

4. Agravo regimental a que se nega provimento" (STJ, AgRg nos EDcl no AREsp 558.438/SP, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, DJe de 10/12/2014).

**"PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. OMISSÃO. NÃO OCORRÊNCIA. EXECUÇÃO FISCAL. NOMEAÇÃO DE BENS À PENHORA. INDICAÇÃO DE BEM IMÓVEL PELO DEVEDOR. RECUSA DA FAZENDA. POSSIBILIDADE. PREFERÊNCIA**

PELA PENHORA EM DINHEIRO VIA BACEN JUD. PRINCÍPIO DA MENOR ONEROSIDADE. SÚMULA 7/STJ.

1. Na hipótese em exame, não se configura a ofensa ao art. 535 do Código de Processo Civil, uma vez que o Tribunal de origem julgou integralmente a lide e solucionou a controvérsia, tal como lhe foi apresentada. Registre-se que não é o órgão julgador obrigado a rebater, um a um, todos os argumentos trazidos pelas partes em defesa da tese que apresentaram. Deve apenas enfrentar a demanda, observando as questões relevantes e imprescindíveis à sua resolução.

2. Hipótese em que o Tribunal local consignou que 'é possível a decretação da penhora *on line* em desfavor do executado em respeito a ordem legal do art. 11 da LEF, sobretudo quando não demonstrado de maneira contundente que o bloqueio é capaz de gerar-lhe danos irreparáveis e que, de fato, impedirá de pagar as dividas vincendas ou o salário de seus funcionários'.

3. **O ordenamento jurídico em vigor não prevê direito subjetivo de fazer prevalecer, de modo generalizado e ao arrepio do rol estabelecido nos arts. 11 da LEF e 655 do CPC, sob o pretexto de observância ao princípio da menor onerosidade, a penhora deste ou daquele bem.**

4. **A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça reconhece que é legítima a recusa, por parte da Fazenda Pública credora, da nomeação feita pelo executado, quando esta não observa a ordem legal de preferência.**

5. **O STJ pacificou o entendimento de que a análise de possível afronta ao princípio da menor onerosidade da execução (art. 620 do CPC) requer reexame de matéria fático-probatória, inadmissível na via estreita do Recurso Especial, ante o óbice da Súmula 7/STJ.**

6. Agravo Regimental não provido" (STJ, AgRg no AREsp 681.020/MG, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 05/08/2015).

Inexistindo, no caso, fundamentação concreta, no acórdão recorrido, a dar suporte à necessidade de afastamento da penhora em dinheiro, com base no princípio da menor onerosidade, é de ser reformada a decisão do Tribunal de origem.

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, III, do RISTJ, **dou provimento** ao Recurso Especial, de modo a determinar a penhora via BACENJUD.

Sem honorários. Decisão interlocutória.

I.

Brasília (DF), 15 de fevereiro de 2019.

MINISTRA ASSUSETTE MAGALHÃES

Relatora

